

OS PESCADORES ARTESANAIS DA BAÍA DE GUANABARA, A MARINHA DO BRASIL E A VIOLÊNCIA BIOÉTNICA

ARTISAN FISHERS OF GUANABARA BAY, BRAZILIAN NAVY AND BIOETHNIC VIOLENCE

PESCADORES ARTESANOS DE LA BAHÍA DE GUANABARA, ARMAS BRASILEÑAS Y VIOLENCIA BIOETÉNICA

FERREIRA, Cesar Bernardo

PUGGIAN, Cleonice

RESUMO

Este artigo é o desdobramento de minha tese de doutoramento e apresenta um estudo qualitativo, de base etnográfica, sobre os casos de violência relatados por pescadores artesanais na baía de Guanabara, Rio de Janeiro. O objetivo geral deste estudo foi investigar como a violência advinda das delimitações territoriais da Marinha do Brasil, interferem no trabalho do pescador artesanal. A amostra foi construída por meio da metodologia conhecida como "bola de neve". Os instrumentos para coleta de dados foram observação participante e entrevistas semiestruturadas. Entrevistamos 21 pescadores artesanais, das colônias Z-8, Z-9, Z-10, Z-11, Associação de Pescadores de Tubiacanga, pescadores sem afiliação e um representante da FEPEJ. A análise dos dados coletados intercorreu através da figuração da tematização dos discursos. Os resultados indicam que os casos de violência relatados estão relacionados ao avanço das fronteiras das edificações e aquartelamentos navais da Marinha do Brasil sobre o espaço de pesca e coleta artesanal. Percebemos a complexidade da multiterritorialização, de configuração complexa na região da baía de Guanabara. Alegamos que os pescadores e coletores artesanais perpassam por um estado de violência bioétnica, resultando na devastação dos ecossistemas no epistemicídio étnico, a aniquilação cultural, laboral e existencial desses homens e mulheres.

Palavras-chave: Pescadores Artesanais. Marinha do Brasil. Baía de Guanabara. Violência Bioétnica.

ABSTRACT

This article is the outcome of my doctoral thesis and presents a qualitative, ethnographically based study of the cases of violence reported by artisanal fishermen in Guanabara Bay, Rio de Janeiro. The general objective of this study was to investigate how the violence arising from the territorial delimitations of the Brazilian Navy interferes with the work of artisanal fishermen. The sample was built using the methodology known as "snowball". The instruments for data collection were participant observation and semi-structured interviews. We interviewed 21 artisanal fishermen from colonies Z-8, Z-9, Z-10, Z-11, Associação de Pescadores de Tubiacanga, fishermen without affiliation and a representative of FEPEJ. The analysis of the collected data was carried out through the figuration of the discourse themes. The results indicate that the reported cases of violence are related to the advance of the frontiers of naval buildings and barracks of the Brazilian Navy over the space of fishing and artisanal collection. We noticed the complexity of multi-territorialisation, of complex configuration in the Guanabara Bay region. We claim that the fishermen and artisanal collectors go through a state of bioethnic violence, resulting in the devastation of ecosystems in the ethnic epistemicide, the cultural, labor and existential annihilation of these men and women.

Keywords: Artisanal Fishermen. Brazilian Navy. Guanabara Bay. Bioethnic Violence.

RESUMEN

Este artículo es el resultado de mi tesis doctoral y presenta un estudio cualitativo y etnográfico de los casos de violencia denunciados por pescadores artesanales en la Bahía de Guanabara, Río de Janeiro. El objetivo general de este estudio fue investigar cómo la violencia que surge de las delimitaciones territoriales de la Armada Brasileña interfiere con el trabajo de los pescadores artesanales. La muestra se construyó utilizando la metodología conocida como "bola de nieve". Los instrumentos para la recopilación de datos fueron la observación participante y las entrevistas semiestruturadas. Entrevistamos a 21 pescadores artesanales de las colonias Z-8, Z-9, Z-10, Z-11, Asociación de Pescadores de Tubiacanga,

pescadores sin afiliación y un representante de FEPERJ. El análisis de los datos recogidos se realizó a través de la figuración de los temas del discurso. Los resultados indican que los casos de violencia denunciados están relacionados con el avance de las fronteras de los edificios navales y cuarteles de la Armada brasileña en el espacio de la pesca y la recolección artesanal. Hemos notado la complejidad de la multiterritorialización, de la configuración compleja en la región de la Bahía de Guanabara. Afirmamos que los pescadores y recolectores artesanales atraviesan un estado de violencia bioétnica, que resulta en la devastación de los ecosistemas en el epistemicida étnico, la aniquilación cultural, laboral y existencial de estos hombres y mujeres.

Palabras clave: Pescadores Artesanales. Marina de Brasil. Bahía de Guanabara. Violencia Bioétnica.

INTRODUÇÃO

(Pescador Antônio) A pesca artesanal é a minha vida, ela é linda! Você poder pegar um guaiamum, pegar dentro do período que pode, você sabe que não pode pegar a fêmea... É lindo! Todo mundo acha estranho o cara estar ali dentro do mangue... É uma delícia, cara! Você estar ali dentro daquele manguezal, cheio de raízes, meter a mão no buraco para pegar um guaiamum é uma alegria quando consegue pegar, você vê a alegria dos outros companheiros, é uma delícia! E, na pesca do peixe, quando você dá um lance na rede e ela vem cheia de peixes, que coisa linda! O peixe pulando, se manifestando, muita alegria que traz! É lindo! Que bom seria se eu pudesse voltar no tempo há 100 anos atrás e pescar!

Neste artigo apresentamos uma análise das narrativas dos pescadores artesanais acerca da violência sofrida, na baía de Guanabara, estado do Rio de Janeiro, pela Marinha do Brasil, por conta das disputas territoriais existentes na região. A questão norteadora foi: como se dão os casos de violência enfrentados pelos pescadores artesanais das colônias de pescadores da baía de Guanabara durante a realização do seu trabalho, nas imediações dos aquartelamentos da Marinha do Brasil na baía de Guanabara?

Para dar conta desta pergunta, elegi a metodologia da pesquisa qualitativa, de inspiração etnográfica. Segundo Mattos (2011), o estudo etnográfico é uma abordagem de investigação científica que permite ao pesquisador revelar importantes detalhes na pesquisa qualitativa, principalmente nos estudos das desigualdades sociais. Ainda, segundo a autora, a metodologia etnográfica nos permite aprofundar a pesquisa dentro dos limites de uma realidade peculiar, buscando premissas e maior compreensão acerca da temática estudada.

Nos dias atuais, os pescadores artesanais da baía de Guanabara precisam conviver com inúmeros problemas socioambientais. Esses problemas, quando são postos pelos pescadores através de denúncias produzem represálias, inclusive com o risco de morte, pois vários pescadores já perderam suas vidas na militância sobre seus direitos constitucionais. Outros, por sua vez, já sofreram ameaças, ou sofreram algum tipo de vingança, tendo que se mudar da localidade onde moravam, ou abandonar a atividade pesqueira.

Por conta dos inúmeros problemas sociais que os pescadores artesanais estão expostos, que ora proponho o conceito de "violência bioétnica", tendo como justificativa, a estreita conexão com a metrópole e suas mazelas sociais em que os pescadores estão sujeitos. Ainda, sobre o conceito de violência bioétnica, assumimos uma concepção mais próxima da vertente socioambiental, edificada através das interrelações dos pescadores com a Marinha do Brasil, na baía de Guanabara.

MATERIAIS E MÉTODOS: A ÁREA DE ESTUDO

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa em maio de 2017, sendo aprovado em outubro, momento em que comecei a realizar as entrevistas em campo, iniciando a fase de coleta de dados. Elegi como principais instrumentos para coleta de dados a observação participante e as entrevistas semiestruturadas. Realizei visitas semanalmente às colônias de pescadores, com o consentimento dos líderes. Geralmente, as visitas aconteciam nos finais de semana, durante o turno da manhã, quando os pescadores estavam presentes. A amostra foi construída por meio da metodologia conhecida como "bola de neve". Esta forma de amostragem consiste na identificação pelo pesquisador de um ou mais colaboradores que possam ser entrevistados primeiro e que, por sua vez, indiquem outros para participar (BAILEY, 1982; BALDIN;

MUNHOZ, 2011). Para preservar a identidade dos pescadores que aceitaram participar como interlocutoras da pesquisa, demos-lhes pseudônimos, para assim, mantermos o compromisso ético firmado entre eles e o Comitê de Ética. Adotamos dois roteiros de entrevista: um para os líderes comunitários e um para os pescadores indicados.

Optei por conduzir as entrevistas nas próprias colônias de pescadores, locais de onde partem e chegam do mar, ou seja, um local de trabalho. Os aspectos temáticos emergentes nestas conversas e relatos foram anotados no caderno de campo. Conduzi aproximadamente 200 dias de trabalho de campo, compreendidos entre os períodos de outubro de 2017, quando o projeto foi aprovado pelo comitê de ética, a abril de 2018.

Quanto ao número de participantes da pesquisa, foram entrevistados 21 pescadores artesanais, sendo: cinco da Colônia Z-8, quatro da Z-9, quatro da Z-10, quatro da Z-11, dois da Associação de Pescadores de Tubiacanga, dois pescadores sem afiliação, ou seja, pescadores que não fazem parte de nenhuma organização de pescadores (colônia ou associação) e um representante da FEPERJ. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas. As entrevistas tiveram durações variadas, de 48 minutos a duas horas. Algumas foram interrompidas em momentos de emoção, para alimentação, necessidades fisiológicas e até mesmo trabalho. Após a coleta dos dados, entre os meses de maio de 2018 e novembro de 2018, dediquei-me à transcrição das entrevistas e à análise dos dados.

A MARINHA DO BRASIL, OS PESCADORES ARTESANAIS E A BAÍA DE GUANABARA: UM BREVE PANORAMA

O Brasil, possui uma extensão costeira de aproximadamente 4,5 milhões de km² e uma linha costeira de mais de 8.000 Km, abrigando neste espaço a maior extensão contínua de manguezais do mundo, com aproximadamente 1,3 milhões de hectares. O Brasil também abriga os únicos ambientes recifais do oceano Atlântico Sul, distribuídos no decorrer de mais de 3.000 km da costa nordeste, sendo a grande maioria dessas espécies de cnidários, serem consideradas endêmicas¹ para o Brasil. Segundo a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), todo este espaço territorial é denominado de Amazônia Azul (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2010).

A baía de Guanabara, segunda maior do litoral brasileiro, possui uma hidrologia única, sendo cheia de contrastes. Desde o século XVI, com a chegada dos europeus, colonizadores dessa terra, que a tradição pesqueira se faz presente nas águas da baía de Guanabara, assim como de seus rios navegáveis, de suas enseadas, recôncavos e manguezais. A influência europeia, principalmente dos portugueses e espanhóis, também contribuiu para o crescimento da pesca (AMADOR, 1997), ela ocupa uma área de cerca de 380 km², incluindo ilhas, ilhotas e pedras, com um perímetro de 131 km, com uma capacidade hídrica marinha de 3 bilhões de m³. Nesse espaço, existem aproximadamente 82 km² de áreas de manguezal, sendo que 80%, ficam dentro da área de Proteção Ambiental em Guapimirim (APA Guapimirim), área sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), localizada na região nordeste da baía, sendo a região mais preservada.

A Marinha do Brasil é o órgão responsável em garantir a soberania nacional através de ações de patrulhamento e guarda do espaço marinho. Para tanto, a Marinha subdivide-se em 9 Distritos Navais, que são localizados no decorrer da costa brasileira, de forma estratégica. O 1º Distrito Naval é que tem a função de coordenar e gerir o espaço costeiro/marítimo do estado do Rio de Janeiro. A Marinha ocupa uma grande

¹ Espécie endêmica é aquela que tem distribuição natural restrita a um determinado lugar, o que a torna mais vulnerável à extinção se o seu habitat está ameaçado (CERQUEIRA et al., 2003).

extensão territorial na região da baía de Guanabara. São muitos quartéis, batalhões, unidades de ensino e pesquisa, que edificam suas instalações à beira dos costões e praias. São nesses locais que muitos peixes bentônicos², como garoupas e badejos, assim como os peixes nectônicos marisqueiros, ou seja, aqueles que se alimentam dos organismos bioincrustados³ nos costões rochosos, como os xereletes, corvinas, anchovas, dentre tantos outros, são atraídos pela fartura de alimento no local, característico daquele ecossistema.

Junto às instalações da Marinha na baía de Guanabara ocorrem constantes conflitos e tensões com os pescadores artesanais, especialmente na área de dois aquartelamentos: o Centro de Munição da Marinha do Brasil (conhecido como Boqueirão, que é o nome da ilha onde se encontra) e a Estação Rádio da Marinha do Brasil (figura 1), que possui suas edificações na entrada da colônia de pescadores Z-10, na Ilha do Governador. Além da restrição de aproximação da ilha do Boqueirão, há ainda o terminal da petroquímica Suzano, responsável pela produção de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e gases químicos derivados de petróleo.

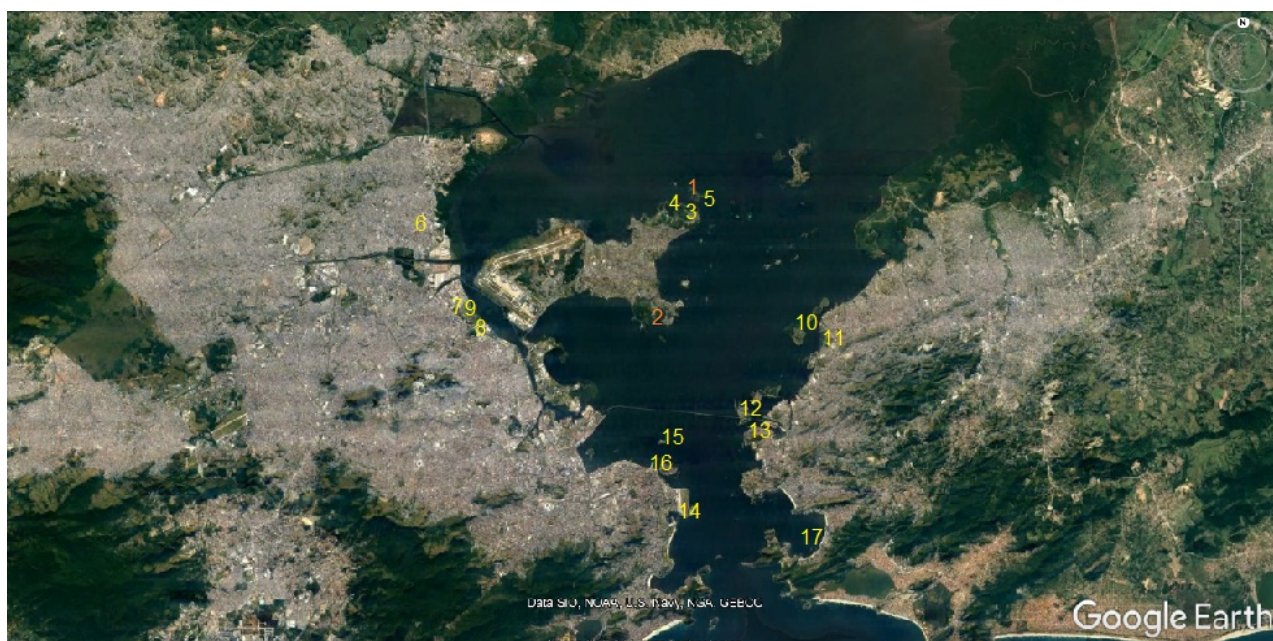


Figura 1: Área ocupada pela Marinha do Brasil na baía de Guanabara com seus principais quartéis, batalhões e unidades de ensino e pesquisa, sendo: 1 – Ilha do Boqueirão, 2 – Estação Rádio da Marinha do Brasil, 3 – Batalhão de Blindados dos Fuzileiros Navais, 4 – Base dos Fuzileiros Navais da Ilha do Governador, 5 – Escola Técnica da Marinha, 6 – Complexo Naval, Caxias Meriti, 7 – Grupamento de Fuzileiros Navais, 8 – Comando da Marinha, 9 – Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), 10 – Base de Fuzileiros Navais de Ilha das Flores, 11 – Base dos Fuzileiros Navais, 12 – Ilha de Mocanguê, 13 – Centro de Hidrografia da Marinha, 14 – Comando da Marinha do Brasil, 15 – Ilha das Enxadas, 16 – Primeiro Distrito Naval, 17 – Clube Naval Charitas. Destaque em vermelho aos quartéis com os maiores índices de incidentes envolvendo militares e pescadores (Boqueirão e Estação Rádio).

Fonte: Elaborado pelo autor. Mapa adaptado do programa Google Earth Pro (2017).

O Centro de Munição da Marinha do Brasil (Boqueirão) foi instituído como organização militar na ilha do Boqueirão e na ilha do Rijo com a finalidade salvaguardar a munição da Marinha do Brasil em local seguro. Outra atribuição do Boqueirão é atender a quase todas as organizações militares da Marinha brasileira em todo

² Organismos bentônicos são aqueles que vivem no substrato dos fundos dos cursos de água, lagos, rios ou oceanos. Estes organismos, também designados por 'bentos', podem estar ou não fixos ao substrato, o sedimento que compõe o fundo. Organismos nectônicos são o conjunto dos animais aquáticos que se movem livremente na coluna de água, com o auxílio dos seus órgãos de locomoção: as barbatanas ou outros apêndices (BARNES, 1994).

³ A bioincrustação marinha ou biofouling é vista atualmente como um processo resultante da colonização ou do crescimento de bactérias, algas e/ou invertebrados sésseis sobre superfícies submersas, sejam elas naturais, tais como rochas, madeira, outros organismos, etc. ou feitas pelo homem (cais, plataformas, cascos de navios, boias, cabos, etc.) (DA GAMA et al., 2009).

o território nacional, dando apoio logístico através da parceria com a Força Aérea Brasileira para a distribuição de munição, de armas portáteis e não-portáteis, granadas, explosivos e pirotécnicos, exercendo as tarefas de controle, gerenciamento e contabilidade dos materiais estocados sob sua responsabilidade. Vale ressaltar que devido à estocagem e manutenção de armamentos bélicos com grande potencial destruidor, suas instalações foram reconstruídas no ano de 1998, após um grave acidente, em 1995⁴, que devastou todo o complexo, matando um número desconhecido de militares, que a imprensa destacou em nota o “desastre” ocorrido no referido aquartelamento.

Entre os anos de 1919 e 1924, durante a primeira grande guerra, os pescadores artesanais eram considerados “guardiões da costa” pelo Estado, devido ao seu vasto conhecimento sobre o território da baía de Guanabara. Os pescadores prestavam um importante serviço ao Estado, pois os conhecimentos que possuíam acerca do litoral, possibilitava aos militares traçarem seus planos de defesa do continente. Eles eram um segmento da sociedade tido historicamente como “tutelados”, devido aos bons serviços que prestavam ao Rio de Janeiro, durante a guerra (HERCULANO, 2012).

REGULAÇÃO DO ESPAÇO MARÍTIMO NA BAÍA DE GUANABARA E A BUSCA PELO PESCADO: DESTERRITORIALIZAÇÕES E IMPEDIMENTOS A REALIZAÇÃO DA VIDA

Primeiramente cabe observar que a Marinha do Brasil é a força federal que regulamenta as normas do tráfego de embarcações em meios aquaviários fluviais e marinhos. Para tanto, define inúmeras regras de comportamento, tanto para as embarcações militares, quanto para as civis. Essas regras são descritas nas Normas de Autoridade Marítima (NORMAM) que foram criadas para a regulamentação da navegação e fundeio voltada para amadores, embarcações de esporte e recreio, clubes, entidades esportivas e demais embarcações civis, devendo ser respeitadas em todo o território nacional.

Existem inúmeros aquartelamentos edificadas às margens da baía de Guanabara, conforme falamos anteriormente. São locais onde há armas de guerra, munições e explosivos capazes de causar um grande estrago e que são acondicionados nesses espaços como parte de uma estratégia militar para salvaguardar a soberania do país.

A NORMAM utilizada para a proteção dos quartéis e batalhões da Marinha também serve para impor limites à aproximação das embarcações de portos, aeroportos, plataformas e navios da indústria do petróleo e petroquímica. A NORMAM contribui para a segurança nacional, protegendo espaços militares de possíveis atentados, como roubos e furtos de materiais bélicos, haja vista sua grande vulnerabilidade e potencial destrutivo, já que contém artefatos explosivos e armas que podem ser utilizadas contra a população/país.

Por outro lado, a NORMAM-03 0108, que regulamenta a distância das embarcações civis das suas instalações, diz que nenhuma embarcação pode se aproximar a menos de duzentos metros sob risco da Capitania dos Portos ser alertada ou mesmo da intervenção por parte das guarnições da guarda armada da Marinha (Fuzileiros Navais), para que possam tomar as providências necessárias para garantir a segurança das instalações (Quadro 1).

⁴ O acidente aconteceu numa tarde de domingo, dia 16 de julho de 1995, por volta das 17h25m, quando ocorreu uma forte explosão, seguidas de outras de menores proporções, causando um grande abalo nos bairros adjacentes à baía de Guanabara, principalmente na Ilha do Governador, além de Niterói e São Gonçalo, num raio de 50 quilômetros. Outras explosões se seguiram: eram os paióis de munição da Marinha do Brasil na Ilha do Boqueirão, resultando em choque, medo, pânico, correria e muita desorientação. Jornal o Globo de 17 de julho de 1995 (TARTAGLIA, 1995)..

Quadro 1: NORMAM-03 0108, Marinha do Brasil, Diretoria de Portos e Costas, Áreas de Segurança, com ênfase a letra "a".

Não é permitido o tráfego e fundeio de embarcações nas seguintes áreas consideradas de segurança:

- a) a menos de duzentos (200) metros das instalações militares;
- b) áreas próximas às usinas hidrelétricas, termoelétricas e nucleoeletricas, cujos limites serão fixados e divulgados pelas concessionárias responsáveis pelo reservatório de água, em coordenação com o CP, DL ou AG da área;
- c) fundeadouros de navios mercantes;
- d) canais de acesso aos portos;
- e) proximidades das instalações do porto;
- f) a menos de 500 (quinhentos) metros das plataformas de petróleo;
- g) áreas especiais nos prazos determinados em Avisos aos Navegantes; e
- h) as áreas adjacentes às praias, reservadas para os banhistas, conforme estabelecido no item anterior.

Fonte: Marinha do Brasil - Diretoria de Portos e Costas (2017).

Todavia, esses espaços de grande interesse nacional são também cobiçados pelos pescadores artesanais, que não os veem como alvos para atentados terroristas, nem tão pouco desejam adentrar esses locais com intenções diferentes das de pescar o sustento de sua família. Os pescadores artesanais aspiram esses locais por serem preservados, onde há possibilidade de uma pesca farta. Nota-se, portanto, que pescadores e militares da Marinha possuem visões divergentes quanto ao mesmo espaço, o que acaba gerando graves embates.

Esse "encolhimento" do território de trabalho dos pescadores se deve à expansão territorial dos quartelamentos da Marinha, assim como à edificação de outros empreendimentos igualmente desterritorializadores como a indústria do petróleo e petroquímica, assim como os portos e aeroportos, poluição e degradação ambiental.

(Pescador Antônio) Aí, você vai passar na saída da boca da Barra, pelo lado de lá a Marinha, do lado de cá a Escola Naval, "tudo Marinha", que já está escrito nas boias de marcação: "Não encoste!" E o canal é passagem de navios para o cais do porto, o canal é o canal é o que, navios com contêineres entrando e saindo e saindo o dia todo! Você não pode nem pensar em largar a rede ali! O que te restou? Nada! Então, o pescador ele não tem mais nada, ele não tem mais o mar para pescar, ele é teimoso e vai para as áreas proibidas para pescar! É aí que eles tomam tiro de borracha, são oprimidos... É a realidade que está acontecendo, por que é um descaso tanto dos militares, quanto da Petrobras, eu digo dos líderes da Petrobras com relação aos pescadores artesanais. Lá fora, não, lá fora eles fazem um serviço de tubulações, que são de mar aberto, isso aí não prejudica o pescador artesanal, por que a pescaria dele é aqui na baía.

Outro pescador, sob a mesma ótica, complementa a análise, revelando a multidimensionalidade que, segundo Haesbaert (2011), a tomada do território das comunidades tradicionais, pode se dar através de diversas formas, como a política, o poder econômico, de forma simbólica ou até mesmo, naturalmente, porém, destacamos ainda, o Estado como sendo um desses atores desterritorializadores na região da baía de Guanabara.

(Pescador Gilson) Você vê, da boia da Marinha a gente não pode passar para pescar, que é onde tem algum peixe. Ali na Shell o vigia expulsa a gente... Eu fui numa reunião da Petrobras lá em São Cristóvão, que aí chegou um capitão do porto, mostrando uns slides, lá, e tal, ele disse: Essa área aqui é da Marinha, vocês não podem pescar, essa aqui também não, nem aqui, blábláblá... Aí ele falou: Se alguém tiver alguma pergunta pode fazer! Eu levantei o dedo, me identifiquei, eu sou o pescador fulano de tal e perguntei, onde vamos pescar então? Ele respondeu: Eu não sei te responder isso não! Então, você vê como é o negócio... Ele respondeu isso...

Fato interessante aconteceu durante a minha chegada numa colônia de pesca logo no início do trabalho de campo. Assim que cheguei à entrada percebi um alvoroço porque um grupo de onze pescadores foram presos por estarem pescando dentro dos limites do Boqueirão. Eles, os pescadores, foram levados ao presídio de Bangu, após serem autuados na delegacia por invasão de propriedade federal. Da mesma forma, sua embarcação com todos os petrechos de pesca foi apreendida pela Capitania dos Portos.

(Pescador Luciano) A embarcação foi apreendida pela Capitania dos Portos. Eles entraram no local e largaram a rede... Aquele papo de pescador... Foi a maré que levou a rede... Como é crime federal, levaram eles para Bangu... Acabou de acontecer... Eles entraram ali no Boqueirão... Todo mundo preso.

Nota-se que apesar do conhecimento da lei, os pescadores acabam se arriscando devido à necessidade de sobreviver, de pegar o peixe, de comercializá-lo para se manter, pagar as contas, sustentar a família. O discurso deles reafirma os desafios e dificuldades da pesca artesanal na baía de Guanabara, frente aos obstáculos existentes, como as barreiras e limites territoriais impostos pela Marinha. São discursos permeados por tristeza, decepção e frustração.

(Pescador Francisco) Aqui é assim, a capitania bate e diz que não pode pescar naquela área, né? Às vezes a capitania apreende os barcos deles, nós já tivemos vários barcos apreendidos aqui...

Na citação abaixo, acerca da mesma temática, percebemos um sentimento de pertencimento que caracteriza a cultura e o modo de vida desses pescadores. Conforme Furtado (2008) nos elucidada, os territórios de pesca são delineados por marcações metafóricas, ligadas às tradições elencadas através do sentimento de pertencimento do território pelos pescadores artesanais.

(Pescador Cassio - Associação de Pescadores) A gente chegou aqui primeiro, a gente não pode ser proibida a pesca nesses lugares! Não podemos pescar no boqueirão, tem certos lugares que a gente não pode pescar, estamos restritos a certos lugares de pesca. Nem todo lugar de pesca é bom! Os melhores locais são proibidos, como o boqueirão, as ilhas que ficam as indústrias de petróleo, a ponte Rio e Niterói... Só nos restam os piores lugares, aqueles que não tem mais peixe, os lugares mais poluídos... Uma vez no boqueirão, era carnaval, eu estava pescando com um companheiro, o Gil, aí nós entramos no boqueirão para dar um lance e os fuzileiros expulsaram a gente de lá, vieram com uma lancha em cima da gente e mandaram a gente se afastar. Noutra vez eles vieram armados, apontando as armas e mandaram a gente sair e falaram "se vocês voltarem nós vamos dar tiro em cima!" Sempre temos esse atrito naquela região, se se aproximar, passar do limite das boias nós temos logo problemas com eles.

Vale destacar que a marinha do Brasil, através de suas cartas náuticas, delimita os quadrantes de segurança de acordo com as Normas de Autoridade Marítima, com ênfase nos aquartelamentos de maior interesse de segurança nacional, como os depósitos de combustível e munição, justamente para evitar a aproximação de qualquer embarcação na região, inclusive as embarcações utilizadas pelos pescadores artesanais. Além das instituições militares, as cartas náuticas delimitam ainda a CEDAE, a Infraero e as edificações e embarcações petroquímicas.

Segundo o relato dos pescadores, os peixes de maior valor comercial, como o robalo (*Centropomus undecimalis*), dentre outras espécies, encontram-se nas costas guardadas pela Marinha do Brasil, sendo consideradas como mais preservadas e capazes de abrigar inúmeras espécies que procuram esses espaços, não só como um refúgio, mas também como áreas de forrageamento. Por outro lado, existem aqueles que dizem não entrar nas áreas demarcadas pela Marinha, por medo de sofrer algum tipo de violência ou sanção penal.

(Pescador Carlos) O peixe que tem o maior valor para a gente aqui é o robalo, que está entrando aqui, agora... Mas pra gente que não gosta muito de arriscar a vida, eu não pesco ele, por que ele dá muito lá na encosta da Marinha... Entendeu? E eu tenho amor à minha vida, então eu não vou...

Embora os pescadores reconheçam o perigo, alguns assumem o risco de trabalhar nesses locais devido às más condições de pesca em outros locais da baía, seja pela poluição, desmatamento dos manguezais que são locais de reprodução das espécies, seja pela criação das outras áreas de exclusão pesqueira, como a dos portos e aeroportos, favelas e edificações da indústria petroquímica que, a título de exemplo, citamos o trabalho de Lopes (2013) acerca dessas áreas de exclusão pesqueira.

A pesca na baía de Guanabara, apesar do intenso processo de eutrofização, se mantém em boas condições, em alguns pontos específicos, graças às suas características físicas, que possibilitam uma melhor troca de água, favorecendo assim, a existência de vida nesses locais. Esses pontos, cuja qualidade da água se torna favorável para a estabilização do ecossistema são na grande soma geográfica localizados em espaços da Marinha, justamente pela proibição de acesso a esses espaços.

Quando o pescador artesanal não consegue pescar o suficiente para manter-se, ele acaba por assumir o risco de entrar em águas proibidas, mesmo sabendo que pode sofrer sérias consequências, por desobedecer às normas de segurança, impostas pela Marinha. Constatamos, através dessa pesquisa, que os pescadores artesanais da baía de Guanabara, devido ao encolhimento dos locais de pesca, são obrigados a se submeterem a riscos de serem presos ou até mesmo feridos ou mortos, durante a realização de suas atividades laborais.

(Pescador Cassio - Associação de Pescadores) Teve uma época aqui, estávamos sem recurso, era final de ano, véspera de Natal, saímos para o mar, sem a carteira de pescador, pois para darmos entrada na documentação de pescador artesanal é muito caro, eles cobram muito caro! (colônias de pescadores), então nós corremos o risco de sair para pescar e sermos pegos pela Capitania dos Portos... Aí saímos para pescar e fomos no Boqueirão e conseguimos pegar três tabuleiros de corvina e um de camarão, daqueles grandões, que é o camarão verdadeiro... Então esse Natal foi muito bom, foi bem próspero! Deus nos ajudou.

Os resultados apresentados e os relatos dos pescadores indicam que eles decidem se arriscar, aventurando-se muitas vezes, em locais perigosos, sob a eminência de serem presos, feridos ou mortos. Arriscam-se diuturnamente devido à falta de condições de trabalho e de pescado em outras regiões da baía de Guanabara.

(Pescador Roberto) Eu já cansei de ir, a gente encostava o barco até na areia do quartel, por que não tinha tiro, só tinha aviso: Senhor, saia daí! E olha só, vou dar tiro para cima! Aí, meu pai gritava: Espere aí, estou com minha filha aqui, eu me perdi! Conversa fiada! Mas aí, era o tempo de largar a rede, dois panos de rede, uns zoom de rede, e era o tempo de largar a rede e a rede já vinha com muito peixe mesmo! Aí, era só ir embora para casa. [...] Então, você pesca ali no Boqueirão, em 30 minutos você faz mil reais, no outro dia você faz 30 reais o dia inteiro. Está entendendo a diferença? Por isso o pescador vai para ali, ele não vai para invadir por que ali é área da Marinha, por que tem munição, ele não vai ali com essa intenção, vai com a intenção de pescar.

Quando perguntamos sobre as motivações para arriscar a vida adentrando nas áreas de Marinha, diversos pescadores relataram suas experiências pessoais. Tivemos pescadores que alegam que os locais onde estão os aquartelamentos são os melhores locais por abrigarem os melhores peixes, assim como os de maior valor econômico, cuja captura diminuiria muito o tempo de trabalho, de permanência no mar, além de dirimir os gastos com combustível, alimentação e exposição aos agentes do intemperismo que são fatores de grande desgaste físico e psicológico (ROSA; MATTOS, 2010).

(Pescador Antônio) Em relação a outro perigo que nós pescadores artesanais corremos, é em relação às áreas de Marinha [...] A gente sofre com esse tipo de coisa, pois está cada vez mais difícil levar o sustento para a família. Tem a área de 500 metros que você não pode se aproximar [...] Aí, as costas a Marinha usa, tem o depósito de combustível da Marinha do Brasil, gás, depósito de munição no Boqueirão, todas as ilhas, que são locais mais rasos, você não pode encostar por que elas pertencem à Marinha. Aí o pescador ficou sem um local de trabalho, aí o que acontece? Todos os dias temos que correr riscos! Por que? Nós somos obrigados a pescar nos locais que são proibidos! Qual outro lugar que restou para pescar? Nenhum! A não ser que a gente pesque aqui na lama... Onde não tem peixe! Ou então, nos locais de Marinha onde tem os melhores peixes... Peixe não quer água poluída, peixe quer água corrente, onde tem mudança de águas todos os dias, por que a água sai da boca da barra e volta, tem um movimento de água na baía, devido às marés... Aqui dentro a água é poluída, aqui não tem peixe para trabalhar, e nessas áreas que tem peixe foram ocupadas pela Marinha e Petrobras. Então, o pescador artesanal passa por esse problema aí, essa realidade!

Outro pescador artesanal entrevistado relata a fatura de peixes nas áreas da Marinha e assume que pesca nesses espaços, mesmo sabendo das possíveis consequências. Ele explica ainda a sua estratégia para tentar escapar da fiscalização das forças federais.

(Pescador Figueiredo) Tem armas, tem pólvora, tem tudo, beleza! Mas para que que a gente vai entrar lá? A gente não quer entrar lá! A gente só quer pescar! Os peixes vão ali e a gente não pode entrar para pescar lá. Entendeu? A gente joga a rede aqui, mas aí a gente olha para lá e vê os peixes pulando, tainha, parati, pulando que nem doido, mas a gente não pode ir lá, por que é área militar. Eu já dei um lance lá, mesmo sabendo que não pode... A gente solta a rede, liga o motor na lenta e vem... E depois tem que dar sorte para recolher rápido... Eu tinha um amigo que fez isso a noite, deu o lance, aí eles vieram... Mandaram ele tirar... Ele foi tirando rápido...

Todavia, corroborando com uma das observações feitas em campo, durante as entrevistas nas colônias, outros pesquisadores já percorreram o caminho etnográfico em busca de respostas às suas inquietações acadêmicas, o que foi confirmado por um dos pescadores colaboradores deste trabalho. Ele contou que seu irmão fora atingido por disparos de arma de fogo com munição de borracha e que, além de ser preso e processado, foi internado e teve que passar por uma cirurgia no membro atingido. Segundo o pescador que nos contou o caso, o próprio irmão entende que ele não deveria estar ali naquele local, por tratar-se de área de segurança militar. Vale a pena ressaltar que o pescador que foi baleado, ficou tão traumatizado por ter sido ferido, preso e processado, que se recusa a dar qualquer tipo de entrevista, seja lá para quem for, que, sendo assim, só fiquei sabendo do seu caso pelo seu irmão e outros pescadores colaboradores deste trabalho.

(Pescador Roberto) Teve uma pesquisadora aqui que veio perguntar, queria colocar essas informações no trabalho dela... Mas o meu irmão está sendo processado pela Marinha, foi errado, levou um tiro, mas ele foi para a delegacia, ficou preso em uma cela, ia ser transferido para o presídio de Bangu, assim como outros pescadores já foram, amigos sócios daqui já foram presos lá. Raspam a cabeça, procedimento de bandido, por estar fazendo isso, entrando na área que não pode. Mas, eles estão errados! Os militares estão protegendo... Não era para você estar ali, não era para ninguém mais estar! Por que se eu estou vendo que você está, eu também posso! É assim que o pescador entende!

Sob outra perspectiva, existem pescadores que afirmam que não se aventuram em áreas da Marinha, justamente pela certeza de que algo ruim irá lhes acontecer. São pescadores visivelmente fragilizados pelos diversos problemas inerentes à profissão que preferem se submeter a uma maior jornada de trabalho na atividade de pesca, do que sofrer algum tipo de violência.

Assim, ao analisar os motivos pelos quais os pescadores artesanais da baía de Guanabara arriscam suas vidas invadindo o território da Marinha do Brasil, constatamos que é ali, naqueles locais, onde há uma maior diversidade pesqueira, devido a um ecossistema mais equilibrado em comparação a outros pontos da baía. Eles adentram essas áreas com a finalidade de capturar os peixes para serem vendidos e com isso garantir seu sustento. Esse risco é voluntário, pois os pescadores conhecem as possíveis consequências da desobediência às NORMAMs. Suas ações ocorrem sob a égide de uma estratégia de sobrevivência, que estabelece o contexto de desigualdades socioambientais que os pescadores artesanais estão sujeitados, conforme nos elucidou Maia (2014, p. 134).

A regressão, descumprimento ou flexibilização de estatutos regulatórios e a violação de direitos que costumam acompanhar a chegada de megaempreendimentos em territórios periféricos revelam a condição de sujeito das políticas econômicas nacionais atribuída ao grande capital, bem como evidenciam o papel do Estado, em suas esferas executiva, legislativa e judiciária, na viabilidade dos mecanismos de direcionamento dos ônus do crescimento a parcelas específicas da sociedade e de reprodução das desigualdades socioambientais como condição para a acumulação capitalista.

Não obstante, os pescadores têm medo do tipo de repreensão que podem sofrer caso ultrapassem os limites estabelecidos pela Marinha do Brasil. Por isso, vários deles não se aventuram nos limites territoriais definidos pela Marinha e, em consequência, pescam menos, sendo muitas vezes obrigados a trabalhar em locais mais distantes, com maior esforço pessoal.

(Pescador Paulo) Se você chegar no Boqueirão você não pode encostar, não! No lado de Paquetá, agora tem favela... Se você se aproximar à noite o vagabundo vai apertar o dedo em você! Eu já passei por isso... [...] Eles nem precisam falar: Sai! Você já escuta o estampido e dá linha na pipa, sai fora! Todos dão tiro em cima da gente, Marinha, empresas, vagabundos, se estiver no lugar deles...

Os incidentes que acontecem com os pescadores artesanais em áreas de Marinha geralmente se dão no meio da noite, que é o horário em que o pescador mais se dedica ao trabalho, por considerar a madrugada como o melhor momento de produção pesqueira. Nesses horários acontece a maioria dos conflitos entre pescadores e militares. São situações que envolvem fatores como baixa visibilidade, barulho excessivo dos motores dos barcos e proximidade com algumas comunidades dominadas pelo tráfico de drogas. Em certas circunstâncias, a atividade nas áreas da Marinha pode levar a graves consequências, como disparo de armas de fogo que vem a ferir e matar o pescador artesanal.

(Pescador Luciano) Quanto ao tiro que eu levei na perna, do fuzileiro da Marinha, eu fiz o registro na delegacia e ele ficou junto comigo... Fiquei sentado do lado dele no julgamento... Igual a gente está sentado aqui, ele algemado, lá no Primeiro Distrito Naval...

Além dos danos físicos, como os ferimentos provocados pelas armas de guerra, há ainda o prejuízo financeiro, pois muitas vezes os militares atiram com a intenção de parar as embarcações dos pescadores, alvejando-as com seus fuzis.

(Pescador Marcos) Ali no Matoso, na Ilha do Governador, eles dão tiro em cima, temos pescadores aqui da colônia que tomaram tiro no braço, que teve a embarcação toda furada no tiro, nós temos pescadores mortos, com tiros do pessoal do Matoso ... Ali é outra área de terrorismo...

(Pescador Ramiro) Em setembro de 2010, meu barco foi "arregaçado" de tiros.

Há ainda aqueles que dizem não se aventurar em águas demarcadas pela Marinha, justamente pelo medo de experimentar alguma ação desproporcional por parte dos soldados sentinelas, pois já sofreram algum tipo de ataque com armas de fogo, ou são conhecedores de casos envolvendo mortes de pescadores que tentavam ganhar a vida, se arriscando em locais proibidos.

(Pescador Carlos) Eu pesco a uns trezentos metros do boqueirão... Eu estava uma vez pescando lá e eles deram tiro... Eu falei, cara, está doido!? Isso aqui não é para mim não! No outro dia apareceu um camarada morto dentro de um barco, não era o meu camarada não, era outro, em outro barco... Estava lá morto com tiros... Ele estava pescando lá... Estava ele e o filho dele de uns doze ou treze anos, que contou que escutou os tiros e viu o pai caído no fundo do barco... Sangue para caramba dentro do barco... Ele ligou o motor e veio embora...

Todavia, a desproporcionalidade da ação dos soldados da Marinha para com os pescadores artesanais não ocorre apenas com disparos de armas de guerra, mas também com armamento de controle de massa urbana, como as balas de borracha que, apesar de serem menos letais do que os armamentos convencionais utilizados pelos marinheiros, podem causar danos físicos irreversíveis, como hemorragias, cegueiras, lacerações e até mesmo fraturas. Podemos citar o caso de um pescador da colônia de pescadores Z-10, que foi ferido por disparos desse tipo de arma. Ele ficou sabendo por meio de outros pescadores da colônia acerca deste nosso estudo e disse que faria questão de dar o seu depoimento, mas infelizmente veio a falecer por conta da idade e dos ferimentos provocados pelos disparos da arma de borracha.

Em linhas gerais, a partir do que foi exposto, cabe-nos agora formular algumas questões que fomentem a reestruturação de políticas públicas para a baía de Guanabara, partindo do diálogo entre os eixos articuladores e as áreas temáticas emergentes como resultados desta pesquisa.

Percebemos que tais conflitos poderiam ser minimizados se houvesse aproximação e diálogo entre os pescadores e a Marinha do Brasil, com a finalidade de mitigar os conflitos existentes, entre os povos tradicionais que já foram grandes aliados durante a Segunda Guerra Mundial, uma vez que, a Marinha é o órgão responsável, dentre tantas outras coisas, por defender a soberania do país.

Para tanto, uma revisão das leis e normas (NORMAMs) de aproximação das costas militares deveria ser feita, sugerindo alternativas a partir de novas perspectivas que vão ao encontro das demandas dos pescadores artesanais, quanto das políticas de segurança das forças armadas.

Da mesma forma, acreditamos que existem outras maneiras de se tratar os pescadores artesanais que adentrem aos espaços delimitados pelas NORMAMs. O uso de armamento de guerra ou mesmo os armamentos não letais configura-se como um tipo de ação desproporcional no trato com esses povos.

Sugerimos novas formas de interpelação aos pescadores, que não sejam tão invasivas e que respeitem a Declaração Universal dos Direitos do Homem (2009, p. 6), que diz: “Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”, contribuindo para a preservação da vida e dos direitos humanos.

Sob outro prisma, percebemos que a metrópole se edifica sobre as ruínas do meio ambiente e da história das comunidades tradicionais através de um processo autofágico da memória dos seus ancestrais, ignorando as conquistas, esforços, tradições, conhecimentos e criações, promovendo a insustentabilidade social.

Propomos discutir as possibilidades e limitações de uma proposta de política pública que se adeque às necessidades dos pescadores artesanais da baía de Guanabara devido às suas singularidades, levando em consideração a territorialização desses povos tradicionais, articulando qualidade de vida e respeito aos direitos humanos, as diferenças culturais, as condições socioeconômicas, serviços de saúde, educação e saneamento básico para esses homens e mulheres.

CONCLUSÕES

O objetivo deste artigo foi investigar como a violência e os conflitos ambientais envolvendo pescadores artesanais e a Marinha do Brasil podem interferir no cotidiano do pescador, explorando a conformação das injustiças ambientais na baía de Guanabara. Os relatos dos pescadores entrevistados indicaram que a Marinha do Brasil, com presença maciça na baía de Guanabara, produz inúmeras formas de violência contra os pescadores artesanais, com destaque a: 1) ocupação do território de pesca, gerando uma crescente desterritorialização; 2) insultos; 3) ameaças de diversos tipos; 4) ferimentos por arma de fogo, 5) ferimentos por armas não letais. Ressalto que, das formas de violências citadas, as armas de fogo e as não letais são as que mais se destacam, quanto à sua letalidade.

Procuramos caracterizar os conflitos ambientais e os casos de violência envolvendo pescadores, identificando os sujeitos, tempos e espaços. Quanto aos casos de violência que registramos ao longo do estudo, estes revelam que sua gênese está fortemente relacionada ao avanço das atividades militares sobre os locais de pesca e coleta tradicionalmente utilizados pelos pescadores. Ocorre uma desterritorialização quando esses trabalhadores são forçados a alterar suas práticas cotidianas em virtude da perda do território, por ser este, área de proteção federal onde se armazena armamentos, munições e explosivos. Notamos a existência de uma multiterritorialidade, a qual nos elucidou Haesbaert (2005, 2006, 2007), de configuração complexa, por conta da realidade pesquisada, onde estão inseridos os pescadores artesanais e a Marinha do Brasil, cujas relações são marcadas por conflitos, que muitas vezes resultam em danos físicos e até mesmo à morte do pescador artesanal.

Defendo, neste artigo, o raciocínio de que os pescadores artesanais da baía de Guanabara sofrem uma violência bioétnica, cujas decorrências vão desde a aniquilação dos ecossistemas até o epistemicídio dos grupos tradicionais, incluindo diversas formas de extinção cultural, laboral e existencial desses homens e mulheres. Segundo o estudo, a peculiaridade das relações entre os pescadores artesanais e o processo de metropolização é o que subjaz a violência bioétnica na baía de Guanabara, seja pela poluição das águas, desaparecimento do pescado, modificações de hábitos, agressões, assassinatos, invisibilidade social e todas as formas de extermínio empreendidas contra o pescador e seu território.

O conceito de violência bioétnica proposto pode ser vislumbrado em outros contextos socioambientais, como o maior desastre ambiental do país, ocorrido em 05 de novembro de 2015, quando houve o rompimento da barragem de Fundão, pertencente à mineradora Samarco Mineração S/A. A magnitude do desastre, fez com que o material que vazou da barragem e chegou ao Rio Doce, impactou grande parte do estado de Minas Gerais, Espírito Santo até a Bahia. O acidente ainda comprometeu o abastecimento de água potável para diversas regiões, onde aconteceu o transbordo das substâncias, até a sua chegada ao mar.

Sendo assim, as áreas de segurança impostas pelas NORMAMs impedem que esses homens e mulheres tenham acesso aos recursos pesqueiros, afetando sua renda familiar, além de imputar-lhes sanções severas,

até mesmo com a perda da vida, quando os mesmos as desobedecem, logo, a continuação dessa pesquisa poderá ser uma análise crítica às NORMAMs, proporcionando uma revisão de suas linhas gerais de ação, através da modernização das mesmas, por ser capaz de facilitar a conciliação entre os interesses dos pescadores e da Marinha do Brasil.

REFERÊNCIAS

- AMADOR, E. S.. **Assoreamento da Baía de Guanabara, Subsídios para a Elaboração do Plano Diretor de Controle**. Rio de Janeiro: Instituto de Geociências da UFRJ, 1997. 149P.
- BAILEY, K. **Methods of Social Research**. New York: The Free Press. 2 ed. New York: McMillan Publishers. 1982.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. Educação Ambiental Comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. 27: 46-60. 2011.
- BARNES, R. S. K. **The brackish-water fauna of Northwestern Europe**. Cambridge University Press: 1-287. 1994.
- CERQUEIRA, R.; BRANT, A.; NASCIMENTO, M. T.; PARDINI, R. Fragmentação: alguns conceitos. In: RAMBALDI, D. M.; OLIVEIRA, D. A. S. (org.). **Fragmentação de ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas**. Brasília: MMA/SBF, 2003. p. 23-40.
- DA GAMA, B. A. P.; PEREIRA, R. C.; COUTINHO, R. Bioincrustação marinha. In: PEREIRA, R.C.; SOARES-GOMES, A. (orgs.) **Biologia Marinha**. 2ª edição, editora Interciência, Rio de Janeiro, 2009. pp. 299-318.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, Artigo V. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> Acesso em: 29 nov. 2018
- FURTADO, L. G. Reservas Pesqueiras, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas. In: **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2008.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais**. São Paulo: AGB/USP, 2005. p. 6774-6792.
- HAESBAERT, R. R. **O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- HAESBAERT, R. R. O território e a nova des-territorialização do Estado. in: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. Pp 17-38.
- HAESBAERT, R. R. Ordenamento Territorial. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 26, p. 117-124, 2006.
- HERCULANO, S. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. 2004 Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf> Acesso em 10 ago. 2018.
- HERCULANO, S. Conflitos ambientais e territoriais: pesca e petróleo no litoral Fluminense. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, Aquidabã, v.5, n. 1, p. 39-52, 2012.
- LOPES, A. P. **Territorialidades em conflito na Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro, Brasil**: estudo de caso dos conflitos entre os pescadores artesanais e o porto da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA). São Paulo. Universidade de São Paulo. 2013. 109 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental.
- MAIA, A. B. Ministério Público, **Megaempreendimentos e Conflitos Socioambientais**: A atuação no litígio entre pescadores artesanais e a indústria do petróleo na Baía de Guanabara-RJ. Rio de Janeiro. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2014. 156 f. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
- MATTOS, C. L. G.. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, C. L. G., and CASTRO, P.

Al. Orgs. **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. SciELO Books.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Cuidar das Zonas Úmidas**: uma resposta às mudanças climáticas. Versão e adaptação do texto da revista comemorativa do Dia Mundial das Zonas Úmidas 2010. 27 p. Disponível em: www.mma.gov.br. Acesso em 05 mar. 2018.

MONTEIRO, V. D. P. **Paisagem e memória**: o manguezal do Jequiá na construção da memória de uma colônia de pescadores na Ilha do Governador. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2005. 223 f. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Memória Social e Documento.

Marinha do Brasil, Diretoria de Portos e Costas, **NORMAM-03 0108**. Áreas de Segurança. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/dpc/sites/www.marinha.mil.br/dpc/files/normas/normamo3.pdf> Acesso em: 12 dez. 2018.

ROSA, M. F. M.; MATTOS, U. A. O. A saúde e os riscos dos pescadores e catadores de caranguejo da Baía de Guanabara. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, supl. 1, junho 2010, p.1543-1552.

TARTAGLIA, C. O Rio Tremeu: Barulho e reflexos da explosão de paiol da Marinha na Ilha do Governador são sentidos em diversos bairros cariocas. **Jornal O Globo** de 17 de julho de 1995. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/reportagens/o-rio-tremeu-9000849> Acesso em 07 jun. 2018.